

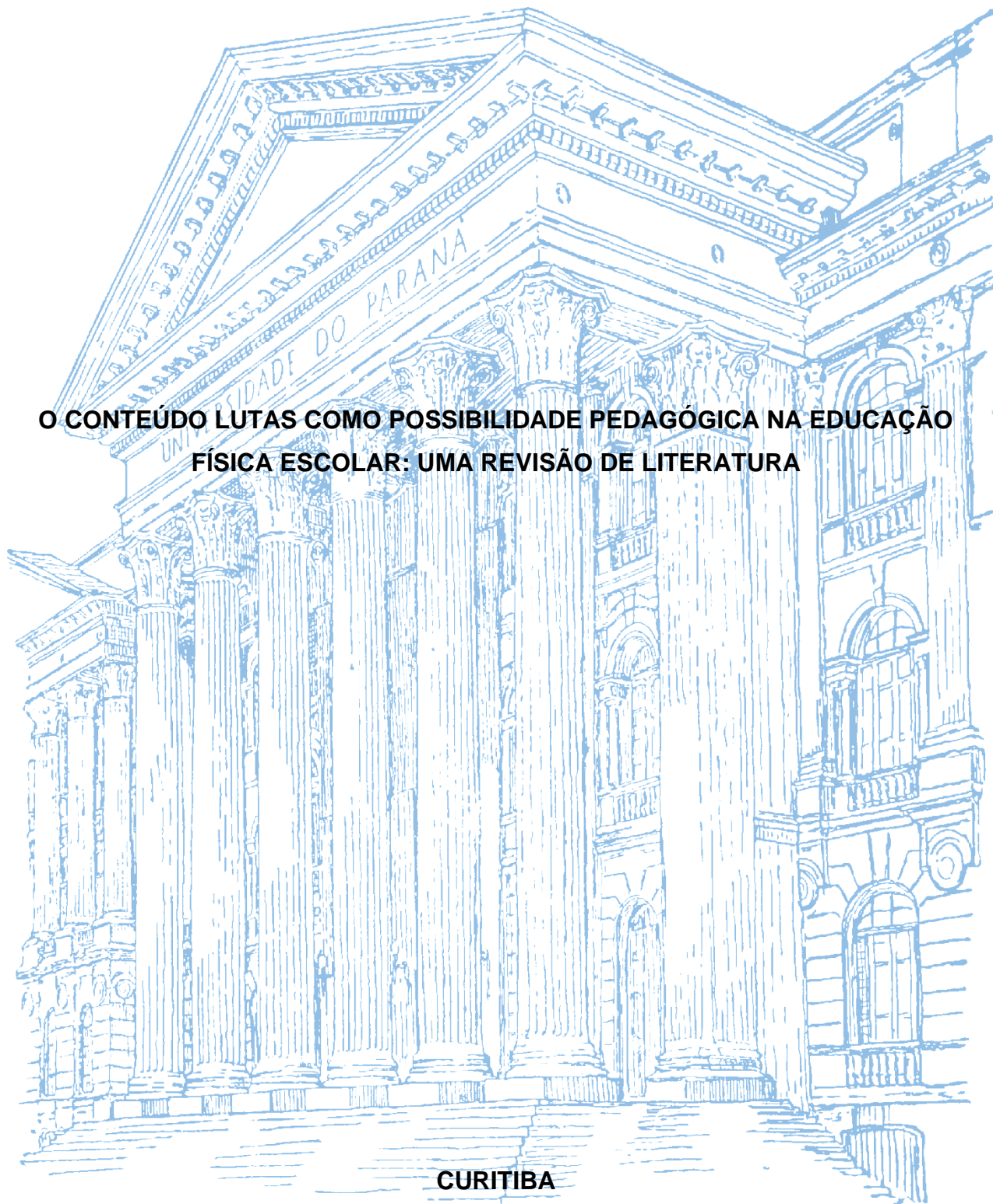
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

LETÍCIA CARDOSO DE OLIVEIRA

**O CONTEÚDO LUTAS COMO POSSIBILIDADE PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO
FÍSICA ESCOLAR: UMA REVISÃO DE LITERATURA**

CURITIBA

2018



LETÍCIA CARDOSO DE OLIVEIRA

**O CONTEÚDO LUTAS COMO POSSIBILIDADE PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO
FÍSICA ESCOLAR: UMA REVISÃO DE LITERATURA**

**Monografia apresentada como requisito parcial
à obtenção do título de Licenciado(a), Curso de
Educação Física, Setor de Ciências Biológicas,
Universidade Federal do Paraná.**

Orientador: Prof. Dr. Riqueldi Straub Lise

CURITIBA

2018

Conheça todas as teorias,
domine todas as técnicas,
mas ao tocar uma alma humana,
seja apenas outra alma humana.

Carl Jung

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, que me deu o dom da vida e me abençoa todos os dias com novas oportunidades. Sou grata aos meus pais Rosiane Cardoso de Oliveira e Hostílio Dias de Oliveira Júnior e minha irmã Beatriz Cardoso de Oliveira, que me apoiaram muito com palavras de incentivo e não mediram esforços para que este sonho se concretizasse. Agradeço a esta universidade, direção, administração, ao corpo docente, principalmente aos professores André Capraro e Riqueldi Straub Lise, que me orientaram na elaboração deste trabalho. Às amigas que construí nesta caminhada, meu muito obrigada.

RESUMO

A Educação Física é componente curricular obrigatório da Educação Básica, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 9.394/96. No ambiente escolar, seu objetivo é proporcionar conhecimento referente à cultura corporal através dos conteúdos estruturantes como jogos e brincadeiras, esportes, dança, ginástica e lutas. Apesar desta pluralidade, é possível constatar por meio da literatura que muitos professores ainda permanecem desenvolvendo os tradicionais esportes e pouco desenvolvem as atividades relacionadas às danças, ginásticas e principalmente às lutas. Neste sentido, buscou-se apresentar o conteúdo lutas na Educação Física Escolar a partir das legislações e das experiências na prática docente. Em um primeiro momento, analisou-se de que maneira a legislação brasileira e paranaense concebem a Educação Física escolar no que tange ao conteúdo lutas e posteriormente procurou-se identificar quais são as principais queixas e/ ou dificuldades dos professores em relação ao conteúdo lutas nas aulas de Educação Física. Por fim, apresentar relatos com possibilidades pedagógicas no desenvolvimento desta temática. O trabalho evidencia que as legislações brasileira e paranaense trazem o conteúdo lutas como uma exigência legal nas aulas de EF e até observa-se uma preocupação na elaboração de estratégias metodológicas para a efetivação deste conteúdo no ambiente escolar. Referente às dificuldades ou queixas relatadas pelos professores foram destacados alguns limitadores como estrutura inapropriada, falta de materiais, vestimentas, falta de vivência prática com algumas modalidades de luta, formação acadêmica precária e insegurança em desenvolver este conteúdo por associação com atos de violência e agressividade. Contrapondo a isto, é possível encontrar na literatura diversas possibilidades de desenvolver o conteúdo lutas no ambiente escolar, sem depender diretamente da estrutura física, de materiais específicos ou ter experiência prática com alguma modalidade de luta e principalmente entendendo que o comportamento violento constitui uma característica presente na sociedade como um todo, por isso, independente do conteúdo trabalhado, se não houver fundamentação, intensão pedagógica e objetivo determinado, corre-se o risco de gerar tensões e conflitos.

Palavras-chave: Educação Física Escolar. Conteúdo Lutas. Legislações.
Possibilidade pedagógica.

ABSTRACT

Physical Education is mandatory in Basic Education, according to the Law of Directives and Bases of the National Education nº. 9,394 / 96. In the school environment, its objective is to provide knowledge regarding body culture through the structuring contents such as matches and fun games sports, dance, gymnastics and fights. In spite of this plurality, it is possible to verify through the literature that many teachers still develop traditional sports and do not develop activities related to dancing, gymnastics and especially to fights. In this sense, we tried to stress the content struggles in Physical School Education from the legislations and experiences in teaching practice. In a first moment, it was analyzed how the Brazilian and Paranaense legislation conceive Physical Education school regarding the content fight and later on it was tried to identify what are the main complaints and / or difficulties of the teachers in relation to the content fights in the Physical Education classes. Finally, presenting reports with pedagogical possibilities in the development of this theme. The work shows that Brazilian and Paranaense laws bring the content of struggles as a legal requirement in Phys Ed classes, and there is even a concern in the elaboration of methodological strategies for the accomplishment of this content in the school environment. Regarding the difficulties or complaints reported by teachers, some limits were highlighted, such as inappropriate structure, lack of materials, clothing, lack of practical experience with some fighting modalities, poor academic training and insecurity in developing this content through association with acts of violence and aggression. Contrary to this, it is possible to find in the literature several possibilities of developing the content fight in the school environment, without depending directly on the physical structure, specific materials or having practical experience with some modality of fight and mainly understanding that violent behavior constitutes a present characteristic in society as a whole, so, regardless of the content worked, if there is no foundation, pedagogical intent and objective, there will be the risk of generating tensions and conflicts.

Key-words: Physical School Education. Content Fights. Legislation. Pedagogical possibility.

SUMÁRIO

_Toc531517665

PRÓLOGO	8
1 INTRODUÇÃO	9
1.1 METODOLOGIA	12
2 DOCUMENTOS E LEIS QUE REGEM A EDUCAÇÃO FÍSICA E LEGALIZAM O CONTEÚDO LUTAS	13
3 PRINCIPAIS QUEIXAS E DIFICULDADES DOS PROFESSORES QUANTO AO CONTEÚDO LUTAS A PARTIR DA REVISÃO DE LITERATURA	17
4 BUSCANDO POSSIBILIDADES PARA DESENVOLVER O CONTEÚDO LUTAS DE ACORDO COM A LITERATURA	21
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	26
REFERÊNCIAS	28

PRÓLOGO

Desde minha infância sempre tive paixão pelos esportes. No ano de 2008, ingressei no Colégio Militar de Curitiba, onde estudei por sete anos e, neste tempo, pude vivenciar e explorar os conhecimentos sobre o desporto, principalmente futsal, voleibol, atletismo e judô.

O judô foi um caso à parte e explicarei o por que.

Meu pai na juventude foi atleta de várias modalidades, mas no ano de 2009 estava em busca de alguma que pudesse praticar depois de mais de 10 anos parado. Neste momento, lembrou-se do judô, o qual já era graduado na faixa verde.

Neste mesmo ano, meu pai voltou a praticar judô e levou eu e minha irmã para fazermos uma aula experimental. Desde então, já faz quase 9 anos que pratico esta modalidade. Atualmente sou faixa preta, aprovada no exame em 24 de novembro de 2018, pela Federação Paranaense de Judô.

A partir das minhas vivências com os esportes e com o judô, no ano de 2014 escolhi fazer Educação Física como graduação. Ao entrar na Licenciatura em 2015, como atleta de judô, senti-me um pouco perdida, assuntos que falavam de um lugar que para mim era distante, a realidade escolar. Em primeiro momento, achei que deveria solicitar a transferência para o Bacharelado. Mas no semestre seguinte, buscando entender mais sobre o desconhecido (a escola) fiz a seletiva de uma vaga para o projeto PIBID (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência).

Passei nesta seleção e comecei minhas observações nas escolas vinculadas ao PIBID. Aos poucos a referência de atleta, a busca pela perfeição e pelo rendimento foi ficando de lado e, em menos de um ano, eu já podia dizer que estava apaixonada pela escola e ainda reconhecer que minha escolha pela Licenciatura estava certa.

Porém um questionamento começou a surgir no decorrer da graduação, quando em algumas observações, intervenções e visitas em escolas, pude perceber que o conteúdo lutas é uma das temáticas com mais dificuldades de ser trabalhada pelos professores na Educação Física escolar.

Por ter experiência com uma modalidade das lutas e ser estudante do curso de Licenciatura de Educação Física, reconheço a necessidade e a possibilidade deste conteúdo nas escolas. Por isso, este trabalho se faz importante no sentido de

aproximar a escola dos estudos acadêmicos e propiciar subsídios aos professores no desenvolvimento desta temática no ambiente escolar.

1 INTRODUÇÃO

A Educação Física é uma área de conhecimento que, no Brasil, segundo Darido (2015), recebeu influências de diversas áreas ao longo dos anos, marcando os interesses vigentes em cada época, como da área médica no final do século XIX; as influências do governo militar na década de 70; a crise da década de 80, as abordagens críticas e também as teorias pós críticas da educação.

Desde 1996, a Educação Física é componente curricular obrigatório da Educação Básica, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 9.394/96. Na atualidade, tem como objeto de estudo o corpo e suas manifestações e, de acordo com Brasileiro et al (2016), sua finalidade é trabalhar a dimensão da cultura corporal, proporcionando aos estudantes o acesso à cultura imaterial produzida pelos seres humanos ao longo dos anos, e ainda dar possibilidades para ressignificação deste conhecimento.

Na escola, esta disciplina é organizada como uma prática pedagógica que deve sistematizar atividades expressivas corporais através dos conteúdos estruturantes: jogos e brincadeiras, esportes, dança, ginástica e lutas, com o intuito de colaborar para a construção da personalidade dos estudantes, autonomia e também conduzi-los para uma reflexão consciente e crítica. (DARIDO, 2015).

Apesar desta pluralidade de conteúdos para ser trabalhado na Educação Física escolar é possível constatar por meio da literatura (CHIANCA et al (2016), NUNES (2013), AGUIAR(2008), SO,BETTI (sd)), e a partir de algumas observações¹ feitas durante a graduação na rede municipal e estadual, que muitos professores ainda permanecem nos conteúdos tradicionais, como os esportes (futebol, voleibol, basquetebol) e pouco desenvolvem as atividades relacionadas às danças, ginásticas e principalmente às lutas.

De acordo com o que foi exposto, questiona-se como o conteúdo lutas na Educação Física Escolar é apresentado pelas legislações e pelas intervenções pedagógicas no ambiente escolar?

¹ Durante a graduação pude realizar vários trabalhos de campo em Escolas Municipais e Estaduais tanto da rede pública quanto da particular. Matérias como Organização do Trabalho Pedagógico na Escola, Educação Física em Contextos Educativos I e II, Currículos em Educação Física e Prática de Ensino. O objetivo destas visitas era observar como eram desenvolvidas as aulas de Educação Física.

Neste sentido, o objetivo geral desta pesquisa é apresentar o conteúdo lutas na Educação Física Escolar a partir das legislações e das experiências na prática docente. Para tanto esse trabalho foi organizado em três objetivos específicos sendo eles 1) Analisar de que maneira as legislações brasileira e paranaense concebem a EF no que tange ao conteúdo lutas. 2) Identificar quais são as principais queixas e/ou dificuldades dos professores em relação ao conteúdo lutas nas aulas de EF, 3) Propor possibilidades pedagógicas para o conteúdo lutas na Educação Física Escolar. Cada um destes objetivos será trabalhado em capítulos específicos.

A produção acadêmica, segundo Correia e Franchini (2010), pode se configurar de diferentes maneiras, tratando as temáticas lutas, artes marciais e esportes de combate nas perspectivas da Cinesiologia, Educação Física e Esporte.

Nos estudos de Correia e Franchini (2010), intitulado “Produção acadêmica em lutas, artes marciais e esportes de combate”, foram analisados 11 periódicos da área da Educação Física, entre os anos de 1998 e 2008, e apenas 75 (2,93%) artigos abordavam as temáticas lutas, artes marciais e esportes de combate. E ainda, a maior parte dos artigos analisados discorre sobre as áreas da Biodinâmica do Movimento Humano e dos Estudos Socioculturais do Movimento Humano.

Da mesma forma, Antunes et al (2005), em “Um retrato da pesquisa brasileira em Educação Física escolar: 1999 – 2003”, realizou uma pesquisa referente aos principais temas abordados nas publicações da área de Educação Física. O trabalho contou com a análise de 11 periódicos, sendo 1339 artigos, dos quais apenas 44,3% se referiam à Educação Física Escolar.

Os estudos acima mostram que o contexto escolar não é o foco de estudo para a Educação Física, e ainda evidenciam que o processo de ensino-aprendizagem não é o tema frequente das pesquisas. Por este motivo, este estudo se faz indispensável na produção de conhecimento voltado a Educação Física escolar, buscando romper com o distanciamento entre a produção científica (pesquisadores) e o sistema de ensino básico (professores).

O conteúdo lutas como componente curricular na Educação Física escolar pode apresentar inúmeros benefícios, como veremos a seguir.

Segundo Ferreira (2006), as aulas de lutas podem desenvolver os seguintes aspectos: motor, cognitivo, afetivo e social. No primeiro, observa-se uma melhora na coordenação global, no equilíbrio, na lateralidade e o entendimento de tempo e

espaço. No aspecto cognitivo, pode-se verificar a melhora no raciocínio, formulação de estratégias, na atenção e percepção. Já na perspectiva social e afetiva, notam-se determinadas atitudes como respeito, determinação, perseverança, socialização.

Além disto, a presença das lutas nas aulas de Educação Física escolar pode contribuir para o controle da violência e/ou agressividade nos alunos, pois auxilia na construção do caráter das crianças e adolescentes, trabalhando a vitória e a derrota, sabendo ganhar e perder, tendo persistência e melhorando a autoestima. (OLIVEIRA e SANTOS, 2006 apud in OLIVEIRA e REIS FILHO, 2013).

Os alunos têm direito de educação ampla e diversificada garantida pela Lei Nº 9.394, 20 de Dezembro de 1996. Segundo o art. 2º “A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Por este motivo, contemplar todos os elementos do currículo da Educação Física é de extrema importância para assegurar o pleno ensino da cultura corporal.

Como foi exposto, são muitos os pontos positivos e benefícios para os alunos quando se trabalha com esta temática na escola. Por isso, faz-se necessário estudar porque este conteúdo não está sendo efetivamente trabalhado em alguns contextos escolares.

Desta forma, o primeiro capítulo discorrerá sobre a legislação, ou seja, os documentos que regem a Educação Física escolar no Brasil e no estado do Paraná, buscando encontrar a legitimação das lutas como conteúdo a ser vivenciado na escola. No segundo capítulo, serão apresentadas as principais dificuldades e queixas dos professores ao desenvolver o conteúdo lutas nas aulas de Educação Física. Por último, o terceiro capítulo tentará sistematizar algumas possibilidades para a temática de lutas, com a intenção de criar subsídios teóricos, dar viabilidade e ampliar o repertório prático, servindo de suporte aos professores para trabalharem com o conteúdo em suas aulas.

1.1 METODOLOGIA

O presente trabalho foi realizado a partir da revisão de literatura que buscou apresentar o conteúdo lutas na Educação Física escolar a partir das legislações e as experiências na prática docente. Segundo Thomas, Nelson e Silverman (2012), a revisão compreende em análise, avaliação e integração do que já foi publicado, buscando conclusões sobre as pesquisas feitas até então, e complementam “seja qual for o tema, investigar o que já foi feito tem valor incalculável para o planejamento da nova pesquisa”.

Buscou-se, em um primeiro momento, analisar de que maneira a legislação brasileira e paranaense concebe a Educação Física escolar no que tange ao conteúdo lutas. Para isto, foram pesquisados em meio eletrônico no Portal do Governo Brasileiro, os seguintes documentos que norteiam a educação básica: a Lei nº 9.394, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica e o Plano Nacional de Educação. No Portal da Secretaria da Educação do Estado do Paraná buscamos as Diretrizes Curriculares referente à Disciplina de Educação Física.

Posteriormente, procurou-se identificar quais são as principais queixas e/ ou dificuldades dos professores em relação ao conteúdo lutas nas aulas de Educação Física e também as possibilidades pedagógicas no desenvolvimento desta temática. Para este fim, foram feitas buscas em bancos de dados bibliográficos, como Scielo, Googles Acadêmico e Portal da CAPES, nos quais foram pesquisados trabalhos de monografias e artigos que contemplassem os seguintes temas: Educação Física escolar; conteúdo lutas; lutas na Educação Física; dificuldades nas aulas de lutas; prática pedagógica com o conteúdo lutas. Foram excluídos da pesquisa os trabalhos que tratassem do conteúdo lutas como alto rendimento; treinamentos; ou em locais diferentes do ambiente escolar.

2 DOCUMENTOS E LEIS QUE REGEM A EDUCAÇÃO FÍSICA E LEGALIZAM O CONTEÚDO LUTAS

A Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996, é o documento que estabelece as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, também conhecida como LDB. Neste registro são colocados os objetivos, princípios e fins da educação brasileira, um dos quais contempla: “a educação é dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Referente à Educação Física, encontramos o termo no capítulo II desta mesma Lei, com o título Educação Básica, no qual são evidenciados os seguintes pontos:

§ 3º A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação básica, sendo sua prática facultativa ao aluno: I – que cumpra jornada de trabalho igual ou superior a seis horas; II – maior de trinta anos de idade; III – que estiver prestando serviço militar inicial ou que, em situação similar, estiver obrigado à prática da educação física; IV – amparado pelo Decreto-Lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969; V – (VETADO); VI – que tenha prole.

Na seção IV da LDB, intitulada Ensino Médio, no Art 35-A, parágrafo 2º, a Educação Física é citada e novamente incluída como estudo obrigatório no Ensino Médio, assim como arte, sociologia e filosofia, através de um novo documento chamado Base Nacional Comum Curricular, incluído pela Lei 13415 de 2017, que segundo seus organizadores, tem “caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica”. Os objetivos mencionados na BNCC buscam reduzir a fragmentação das políticas educacionais, garantindo o acesso, a permanência na escola e também ensino comum a todos os estudantes. (BNCC, 2017)

Atualmente a BNCC aborda as etapas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, pois a etapa do Ensino Médio permanece em processo de aprovação. A Educação Física se encontra na área de Linguagens, juntamente com Língua

Portuguesa, Língua Inglesa e Artes. Para o Ensino Fundamental I e II, o documento propõe seis unidades temáticas às quais são: esporte, jogos e brincadeiras, danças, lutas, ginástica e práticas corporais de aventura. Porém estes conteúdos não estão distribuídos em todos os anos de ensino, **como se observa na tabela 1:**

TABELA 1: CONTEÚDOS SELECIONADOS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL I e ENSINO FUNDAMENTAL II, SEGUNDO A BNCC (2017)

	Jogos e brincadeiras	Esportes	Dança	Ginástica	Lutas	Práticas corporais de aventura
1º e 2º anos	X	X	X	X		
3º, 4º e 5º anos	X	X	X	X	X	
6º e 7º anos	X	X	X	X	X	X
8º e 9º anos		X	X	X	X	X

Fonte: Elaborado com base na Base Nacional Comum Curricular (2017)

Referente à unidade temática de lutas o texto traz o seguinte conceito:

Disputas corporais, nas quais os participantes empregam técnicas, táticas e estratégias específicas para imobilizar, desequilibrar, atingir ou excluir o oponente de um determinado espaço, combinando ações de ataque e defesa dirigidas ao corpo do adversário. Dessa forma, além das lutas presentes no contexto comunitário e regional, podem ser tratadas lutas brasileiras (capoeira, huka-huka, luta marajoara etc.), bem como lutas de diversos países do mundo (judô, aikido, jiu-jitsu, muay thai, boxe, chinese boxing, esgrima, kendo etc.). (BNCC, 2017)

Outro documento da Educação Básica, que prevê a orientação dos educadores, são os Parâmetros Curriculares Nacionais, que buscam normatizar alguns fatores fundamentais pertinentes a cada disciplina. Segundo o Ministério da Educação e do Desporto, o propósito deste material é “apontar metas de qualidade

que ajudem o aluno a enfrentar o mundo atual como cidadão participativo, reflexivo e autônomo, conhecedor de seus direitos e deveres”. (PCN’S Educação Física, 1997).

O Parâmetro Curricular Nacional da Educação Física tem como objetivo democratizar, humanizar e diversificar a prática pedagógica da área, superando uma visão apenas biológica dos alunos e incorporando também as dimensões afetivas, cognitivas e socioculturais. Além disto, devem-se contemplar os múltiplos conhecimentos produzidos e usufruídos pela sociedade a respeito do corpo e do movimento, chamado de cultura corporal, sendo desenvolvida na disciplina através do jogo, esporte, dança, ginástica e luta. (PCN’S Educação Física, 1997).

Neste documento, o conteúdo lutas é compreendido como:

Disputas em que o(s) oponente(s) deve(m) ser subjugado(s), mediante técnicas e estratégias de desequilíbrio, contusão, imobilização ou exclusão de um determinado espaço na combinação de ações de ataque e defesa. Caracterizam-se por uma regulamentação específica, a fim de punir atitudes de violência e de deslealdade. Podem ser citados como exemplo de lutas desde as brincadeiras de cabo-de-guerra e braço-de-ferro até as práticas mais complexas da capoeira, do judô e do caratê. (PCN’S Educação Física, 1997).

No Paraná foram elaboradas Diretrizes Curriculares referente a cada área de ensino, cujo objetivo é fundamentar o trabalho pedagógico e contribuir efetivamente para o fortalecimento da Educação na Rede Pública Estadual. Segundo o texto, a Educação Física deve estar articulada ao projeto político-pedagógico, procurando repensar a noção de corpo e de movimento historicamente construídos, desenvolvendo atividades através do seu objeto de ensino/estudo que é a Cultura Corporal. Os conteúdos que estruturam a área de acordo com as Diretrizes são os esportes; os jogos e brincadeiras; a ginástica; as lutas e a dança.

A Educação Física, juntamente com as demais disciplinas do currículo, deve, com seus próprios conteúdos, ampliar as referências dos estudantes no que diz respeito aos conhecimentos, em especial no campo da cultura corporal. Isso significa desenvolver, por meio das práticas corporais na escola, conceitos, categorias e explicações científicas reconhecendo a estrutura e a gênese da cultura corporal, bem como condições para construí-la a partir da escola. (PARANÁ, 2008)

Segundo o documento, o conteúdo lutas “deve fazer parte do contexto escolar, pois se constituem das mais variadas formas de conhecimento da cultura humana, historicamente produzidas e repletas de simbologias”. As Diretrizes também trazem possibilidades na abordagem deste tema, como por exemplo, através dos jogos de

oposição, que são atividades nas quais são trabalhados fundamentos e elementos das lutas, que mais se aproximam de uma situação de confronto, disputa.

As lutas estão associadas ao contato corporal, a chutes, socos, disputa, quedas, atitudes agressivas, entre outros. Apesar disso, elas não se resumem apenas a técnicas, que também são importantes de serem transmitidas, pois os alunos devem ter acesso ao conhecimento que foi historicamente construído. O desenvolvimento de tal conteúdo pode propiciar além do trabalho corporal, a aquisição de valores e princípios essenciais para a formação do ser humano, como, por exemplo: cooperação, solidariedade, o autocontrole emocional, o entendimento da filosofia que geralmente acompanha sua prática e, acima de tudo, o respeito pelo outro, pois sem ele a atividade não se realizará. (PARANÁ, 2008)

Neste sentido, a partir das legislações brasileira e paranaense, nota-se que a temática das lutas é uma exigência legal, sendo um conteúdo estruturante da Educação Física escolar. Além disto, observa-se uma preocupação na elaboração de estratégias metodológicas para a efetivação deste conteúdo no ambiente escolar.

Na sequência, serão apresentadas as principais dificuldades e queixas dos professores em suas intervenções pedagógicas relacionadas ao conteúdo lutas.

3 PRINCIPAIS QUEIXAS E DIFICULDADES DOS PROFESSORES QUANTO AO CONTEÚDO LUTAS A PARTIR DA REVISÃO DE LITERATURA

A partir de uma revisão de literatura, analisando relatos de alguns professores, é possível identificar as principais queixas e/ou dificuldades em relação ao conteúdo lutas nas aulas de Educação Física, que acabam se tornando limitadores do processo pedagógico nos espaços educacionais.

De acordo com o texto “Possíveis diálogos entre a Educação Física escolar e o conteúdo das lutas na perspectiva da cultura corporal”, Rufino e Darido (2013), acreditam que existam inúmeras discordâncias relacionadas ao ensino das lutas no ambiente escolar, destacando primeiramente a dúvida sobre qual a melhor terminologia a ser utilizada: lutas, artes marciais ou modalidades esportivas de combate. Mas, para estes autores, esta discussão não é tão importante quanto a efetiva inclusão deste conteúdo, que faz parte da cultura corporal, nas aulas de EF.

O autor Heraldo Simões Ferreira (2006), em seu artigo “As lutas na Educação Física escolar”, fez uma pesquisa quantitativa com 50 professores da rede pública e privada de educação na cidade de Fortaleza (Ceará), através de um questionário fechado, buscando entender como os professores trabalham com o conteúdo lutas nas aulas de Educação Física. A partir dos estudos, foram apresentados que apenas 32% dos professores utilizavam as práticas das lutas e 68% afirmaram que nunca buscaram este conteúdo em suas aulas.

Estes 68%, ou seja, 34 professores dos 50 entrevistados elencaram alguns motivos para não utilizarem o conteúdo lutas em suas aulas, como: não tinham instrução para ministrar as aulas, a falta de estrutura da escola para as práticas, que entendiam o conteúdo lutas como inadequado para o contexto escolar, e ainda, que não conheciam especialistas disponíveis para auxiliar com o assunto.

Além disto, oito professores consideraram que nenhuma luta deveria ser praticada na escola, pois poderiam causar agressividade. E, quando perguntados sobre a possibilidade de trabalhar as lutas na educação infantil, 38 professores responderam que não, apenas seria possível em um espaço especializado.

Nascimento e Almeida (2007), em “A tematização das lutas na Educação Física escolar: restrições e possibilidades”, citam um trabalho realizado pelos alunos de graduação em Educação Física da UNIJUÍ e da URI no Rio Grande do Sul, no qual encontraram dois argumentos que podem restringir o desenvolvimento

do conteúdo lutas nas aulas, como: a falta de experiência por parte dos professores com as lutas, tanto na vida pessoal e quanto na acadêmica; por acreditarem que a violência está intrínseca às lutas, não podendo fazer parte dos ensinamentos da escola.

No texto “Ensino das lutas nas aulas de Educação Física: análise da prática pedagógica à luz de especialistas”, Rufino e Darido (2015) escrevem algumas considerações de Del Vecchio e Franchini (2006) sobre as dificuldades em tratar das lutas no ambiente escolar. Segundo estes autores, o problema encontrado está, em parte, relacionado à formação dos profissionais de Educação Física, porque muitas vezes os cursos de graduação têm currículos deficientes em relação a estas práticas, por vezes restringindo o conteúdo lutas em apenas uma modalidade, ou até mesmo não havendo este conteúdo na grade curricular dos cursos de formação superior e isto pode limitar as intervenções dos professores, refletindo na ausência deste conteúdo nas escolas.

Ainda no artigo mencionado acima, Rufino e Darido (2015) fizeram uma pesquisa com entrevistas semiestruturadas com cinco especialistas (quatro homens e uma mulher) em lutas com os seguintes critérios: ser professor de lutas no ensino superior por um período de, no mínimo, cinco anos; ser praticante ou ter praticado uma ou mais modalidades de lutas por, pelo menos, dez anos.

Ao longo da entrevista e das falas dos professores foram sistematizadas duas temáticas principais: fatores que restringem o desenvolvimento das lutas nas aulas e as possibilidades deste conteúdo na Educação Física, assunto que trataremos no próximo capítulo.

Na categoria dos fatores restritivos foram elencadas sete subcategorias, as quais são: formação deficiente, insegurança dos professores na escola, infraestrutura escolar deficiente, falta de materiais para o ensino das lutas, carga horária insuficiente para a Educação Física, poucas informações sobre lutas na sociedade e associação com incitações à violência.

Sobre a formação deficiente, Rufino e Darido (2015) destacam que este limitador apareceu mais frequente no discurso dos professores entrevistados, pois consideram precária a forma como as lutas são tratadas pedagogicamente nas universidades. Segundo o especialista 5:

A principal dificuldade está na forma como as lutas são tratadas na universidade. Se a gente for pensar na escola a formação é a universidade e muitos professores não tiveram contato com lutas. As universidades não me parecem estar sendo tão competentes em trazer uma visão de lutas que seja prática e possível de ser levada para a escola com segurança. (RUFINO e DARIDO, 2015).

A insegurança dos professores foi o segundo fator mais comentado pelos especialistas do estudo. Este fator está diretamente relacionado com as limitações na formação, pois só se tem segurança em ensinar aquilo que minimamente tem domínio, o que conseqüentemente acaba difundindo uma ideia de que somente especialistas, ou seja, pessoas que já vivenciaram as práticas de lutas ou faixas pretas, podem ensinar este conteúdo.

Como aponta Forquin (1993), o professor ensina de modo significativo apenas aspectos advindos da cultura que ele conhece, que lhe é familiar, que faz parte de sua compreensão e visão de mundo, aquilo que ele tem domínio. Sobretudo, o autor salienta que o professor ensinará realmente aquilo que for válido e verdadeiro a seus próprios olhos. Ou seja, a insegurança no ato de ensinar as lutas na escola origina-se de maneira bastante enfática na falta de domínio desse conteúdo, resultando em uma forma insuficiente de abordagem das lutas na escola ou ainda na superficialidade de seu tratamento pedagógico.” (RUFINO e DARIDO, 2015)

Outro fator mencionado foi a infraestrutura escolar deficiente, relacionado também a falta de materiais apropriados, o que pode ser um obstáculo para o ensino das lutas. Um dos especialistas diz: “muitas vezes você não encontra a questão do espaço, não encontra os materiais minimamente adequados para o ensino destas práticas”. Além disto, também foi destacada a falta de informações e notoriedade das lutas na sociedade, sendo excepcionalmente divulgada nos diversos meios de comunicação, se comparado aos esportes, e por vezes isto acaba dificultando o conhecimento dos professores não praticantes da modalidade. Por fim, este estudo ainda mostrou que incitações à violência são relacionadas às lutas devido ao desconhecimento, e isto por vezes se torna justificativa para não incluir este conteúdo no ambiente escolar.

Observa-se que os professores apontam dificuldades no desenvolvimento das aulas especificamente com o conteúdo lutas, apresentando como limitadores: a estrutura inapropriada, falta de materiais e vestimentas. Também destacam a falta de vivência prática com algumas modalidades de luta e, por vezes, uma formação

acadêmica precária referente ao conteúdo. Por fim, relacionam as práticas das lutas com atos de violência e agressividade.

Diante disto, foi realizada uma pesquisa, através da revisão de literatura, de relatos e experiências nas quais o conteúdo lutas é efetivamente desenvolvido nas aulas de Educação Física, sendo uma possibilidade pedagógica para o ambiente escolar, buscando por fim relativizar os fatores limitadores apresentados anteriormente.

4 BUSCANDO POSSIBILIDADES PARA DESENVOLVER O CONTEÚDO LUTAS DE ACORDO COM A LITERATURA

Apesar dos fatores limitantes apontados nos trabalhos do capítulo anterior, é possível encontrar na literatura diversas possibilidades de desenvolver o conteúdo lutas no ambiente escolar, sem depender diretamente da estrutura física, de materiais específicos ou ter experiência prática com alguma modalidade de luta.

No texto, “Possíveis diálogos entre a Educação Física escolar e o conteúdo das lutas na perspectiva da cultura corporal”, Rufino e Darido (2013) escrevem sobre a possível inclusão do conteúdo lutas nas aulas de EF atrelado à proposta de Coll (2000), a qual classificou os conteúdos em três dimensões de ensino: conceitual (o que se deve saber?), procedimental (o que se deve saber fazer?) e atitudinal (como se deve ser?). E os autores complementam:

Deve-se destacar que, embora as dimensões sejam divididas em três, na prática do processo de ensino-aprendizagem elas devem estar atreladas uma a outra, não sendo possível aplicar o ensino das lutas em cada dimensão de forma separada e/ou isolada e sim interagindo-as entre si, promovendo assim a ampliação da visão, facilitando a aprendizagem dessas práticas. (RUFINO e DARIDO, 2013).

Partindo destes conceitos, algumas formas de desenvolver o conteúdo lutas nas aulas de EF são propostas. Na dimensão conceitual, segundo os autores, o ensino das lutas pode abranger os conceitos sobre as diferentes modalidades, regras, estudos sobre a realização dos movimentos específicos, fatos históricos, entre outros assuntos. Na dimensão procedimental, atividades relacionadas ao saber fazer, como por exemplo, questão de oposição conquista ou perda de espaço/território, quedas, atividades simulando técnicas de chutes e socos, atividades tradicionais como cabo de guerra, brincadeiras e jogos pré-desportivos que representem à temática das lutas, dentre outras possibilidades. E por fim, na dimensão atitudinal, trabalhar as condutas éticas, valores e princípios como, por exemplo, respeito ao colega de turma, diferenciação entre luta e briga, discutir sobre alguns termos comuns a realidade escolar como “guerra”, “porrada, falar sobre questões a respeito dos limites do próprio corpo, entre outras.

O estudo dos autores Nascimento e Almeida (2007), intitulado “A tematização das lutas na Educação Física Escolar: restrições e possibilidades”, tem por objetivo refletir a presença do conteúdo lutas nas escolas, mostram algumas possíveis intervenções e ainda buscam contrapor com dois argumentos limitadores, o primeiro

ressaltando a necessidade do professor ter vivência ou ser especialista em lutas, e o segundo sobre a violência que pode estar associada na prática das lutas.

O trabalho mencionado acima foi estruturado por dois relatos, o primeiro é apresentado pelo professor Luciano de Almeida que, segundo o texto, não é especialista em uma modalidade de luta e também não tinha experiência com o conteúdo lutas. Este professor assumiu o desafio de fazer intervenções sobre o conteúdo lutas com alunos da 5^a série de uma escola pública estadual, onde já atuava. Neste momento, Almeida buscou abordar as três dimensões do conhecimento, desenvolvendo atividades na perspectiva conceitual (histórico das modalidades, regras), procedimental (jogos de lutas, como cabo de guerra, briga de galo) e atitudinal (discussões sobre respeito, violência, diferença de gênero, peso e altura).

O segundo relato é o do professor Paulo Rogério Barbosa do Nascimento que, segundo texto, tem afinidade e experiência com a capoeira. Seu objetivo foi abordar os fatores relacionados à violência, argumento restritivo encontrado no desenvolvimento do conteúdo lutas, com alunos com alto grau de agressividade, da 4^a série do Ensino Fundamental, na escola onde já atuava. Nascimento também se utilizou das três dimensões do conhecimento e estruturou suas aulas em sete intervenções, nas quais ele conseguiu desenvolver uma construção coletiva de uma luta, elaboração de regras, acordos, readequação das atividades propostas pelos alunos e por fim os alunos fizeram uma autoavaliação.

Em outro estudo importante, Nascimento (2008) escreveu sobre a “Organização e Trato Pedagógico do Conteúdo de Lutas na Educação Física Escolar”, no qual se propõe a estruturar o conteúdo lutas de acordo com as etapas escolares e busca descrever o que pode ser desenvolvido no Ensino Fundamental I e II. Assim sendo, segundo o autor, para os anos iniciais do Ensino Fundamental são delineados alguns objetivos como desenvolver habilidades motoras básicas comuns às lutas, estimulando a tomada de decisão. Como conteúdos de ensino:

- a) desempenhar papel de atacante e defensor; situar-se nos espaços; deslocar-se nos diversos planos, atacando e defendendo; coordenar seus deslocamentos; mudar de posição em função do adversário; b) desenvolver e disponibilizar ações motoras específicas (agarrar, reter, desequilibrar, imobilizar, esquivar-se, resistir, livrar-se) e essenciais em situação de ataque e defesa nas suas diversificações possíveis, combinando-as e encadeando-as inteligentemente com vistas aos fins desejados; c) apreciar as distâncias, o momento de intervenção e a retomada de curso nas suas

ações, em função da reação de seu oponente e ou do resultado obtido; d) compreensão, apropriação e construção das regras e normas das atividades; e) analisar e compreender sobre a lógica intrínseca a cada modalidade de luta; f) adaptar, construir, (re) construir lutas a partir de suas lógicas, adaptando-as ao contexto da turma, da escola. (NASCIMENTO, 2008. p 09).

Para os anos finais de Ensino Fundamental, Nascimento (2008) considera importante proporcionar estudos a respeito dos elementos básicos de uma modalidade específica, abordando técnicas, táticas além das dimensões históricas, filosóficas e culturais. Para o autor, o conteúdo para este nível de ensino pode ser desenvolvido da seguinte forma:

a) conhecimentos sobre o que estrutura as atividades: rituais, filosofias, códigos, símbolos, regras, organização; b) conhecimentos da dimensão técnico-tática: elementos técnicos básicos (bases/posturas, golpes de ataque, golpes de defesa), princípios táticos elementares (movimentações intencionais de caráter tático, contragolpes, fintas, apreciação das distâncias...); c) conhecimentos de caráter crítico: brigas x esportes de luta x artes marciais, a violência nas lutas, riscos dos esportes de luta, a presença da mulher nos esportes de luta, a formação do mestre em artes marciais/lutas, a multiplicação dos estilos de lutas, lutas clandestinas, doping nas lutas, qualidade dos serviços prestados em academias de lutas, métodos de treinamento, artes marciais e a relação com o crime e a política. (NASCIMENTO, 2008. p. 10)

No texto, “As lutas no ambiente escolar: uma proposta prática pedagógica”, Alencar *et al* (2015) buscaram elaborar, aplicar e avaliar uma proposta pedagógica com o conteúdo lutas nas aulas de Educação Física escolar em duas instituições de ensino, uma pública e outra privada, na cidade de Itabuna – Bahia, com alunos do Ensino Fundamental II. Para a intervenção foram elaborados seis planos de aula que envolvia judô, capoeira, esgrima, sumô, kung-fu e luta de braço. Neste estudo participaram 53 adolescentes, com idade média de 13 anos, de ambos os sexos, das turmas de 8º e 9º ano do Ensino Fundamental.

Os autores apresentam seis quadros com a descrição das atividades e o desenvolvimento das aulas. No segundo dia de intervenção, por exemplo, foi desenvolvida a modalidade de judô:

Dimensão Conceitual: História do judô. Numeração em japonês de 1 a 10. Importância das quedas e rolamentos no cotidiano. Foi explicado o significado das palavras UKEMI (ciência da queda amortecedora), UKE (quem recebe a queda) e TORI (quem aplica a queda). Além disso, ao final da aula foram discutidas as seguintes questões: para que servem as quedas? Qual a importância de aprender lutar? Dimensão Procedimental: Vivências das técnicas de queda lateral, rolamentos para frente e para trás.

Atividades lúdicas de imobilização, defesa e ataque, sem exigência de especificidade do judô. Posteriormente, foram utilizadas duas quedas do judô: o-soto-gari e o-goshi. Foi evitada a sistematização de repetições e correções exageradas durante toda a aula. Dimensão Atitudinal: Atitudes de cordialidade foram enfatizadas, como a atitude de não soltar o companheiro durante a execução das quedas para que não ocorressem acidentes. (ALENCAR *et al* 2015).

No terceiro dia de intervenção, por exemplo, foram desenvolvidas atividades referentes à modalidade esgrima:

Dimensão Conceitual: Apresentação de slides e vídeos com informações históricas, regras, desenvolvimento de capacidades físicas com a prática da esgrima e execução de habilidades da esgrima, tais como: ataque direto com florete nas posições em resguardo, parada, ataque e resposta. Dimensão Procedimental: Confeção da espada de esgrima com jornal e realização de combates de esgrima com a espada de jornal e guache. Com giz, delimitou-se áreas de combate. Em duplas, os alunos posicionavam-se na área, e dado o sinal, eles lutavam. Em um minuto, vencia o aluno que atingisse mais o adversário. Dimensão Atitudinal: Utilizando as regras do esporte oficial, entretanto, a fim de adequação ao contexto, os combates foram improvisados. Com isso, foram discutidas atitudes de respeito às regras e cordialidade com os companheiros, uma vez que, por questão de limpeza, o colega somente poderia acertar na área protegida pelo jornal. (ALENCAR *et al* 2015).

As intervenções propostas pelos autores foram desenvolvidas em ambas as instituições de ensino escolhidas apresentando em todas as aulas a dimensão conceitual, procedimental e atitudinal, além disso, buscaram ampliar os conhecimentos não apenas de uma única modalidade, mas da diversidade que é o conteúdo lutas.

Segundo Gomes *et al* (2013), em seu trabalho “O conteúdo das lutas nas séries iniciais de Ensino Fundamental: possibilidades para a prática pedagógica da Educação Física escolar”, é possível ensinar o conteúdo lutas no ambiente escolar por meio de atividades ou jogos que simulem os elementos desta temática, como jogos de esquiva, de imobilizar, de conquistar territórios, de desequilibrar, entre outros. Além disto, neste estudo é ilustrada uma possível organização curricular do conteúdo lutas na escola a partir das dimensões conceitual, procedimental e atitudinal, abordando três temas em um total de oito aulas.

Para o 1º ano do Ensino Fundamental, os autores indicam duas aulas para trabalhar o que são as lutas, três aulas para a diferenciação de lutas e briga e mais três aulas para vivenciar elementos das lutas, como jogos de luta de esquivar e imobilizar. Para o 2º ano indicam uma revisão dos conteúdos estudados nos anos

anteriores; quatro aulas para vivenciar elementos das lutas, como jogos de lutas de desequilibrar e conquista de território; quatro aulas para trabalhar questões acerca das mídias como as lutas versus desenho animado. Para o 3º ano, seis aulas desenvolvendo elementos das lutas com o tema criação e transformação; duas aulas trabalhando as lutas e as mídias, no âmbito dos filmes e jogos digitais. Para o 4º ano, três aulas com tema sobre origens e possibilidades de lutas; cinco aulas para trabalhar a classificação das lutas. Para o 5º ano, quatro aulas com o tema conhecendo as lutas e quatro aulas para desenvolver técnicas e estratégias de ações de ataque e defesa.

A partir dos argumentos apresentados, percebe-se que é possível ensinar o conteúdo lutas no ambiente escolar, sem necessariamente depender da estrutura física, de materiais e vestimentas adequadas. Foram apresentadas atividades simples, porém contextualizadas com os elementos da temática, como por exemplo, jogos de esquiva, de imobilizar, de conquistar territórios, de desequilibrar, entre outros. Além disto, mostrou-se a importância de uma organização curricular do conteúdo lutas na escola a partir das dimensões conceitual, procedimental e atitudinal.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou apresentar, através de uma revisão de literatura, de que maneira as legislações brasileira e paranaense concebem a Educação Física no que tange ao conteúdo lutas; como este conteúdo é vivenciado na prática docente, destacando as dificuldades e/ou queixas dos professores e por fim propondo possibilidades pedagógicas para esta temática no contexto escolar.

Nos documentos analisados, a Educação Física deve, com seus próprios conteúdos, ampliar as referências dos estudantes no que diz respeito aos conhecimentos, em especial no campo da cultura corporal. As lutas são abordadas na perspectiva de disputas corporais, nas quais os participantes aprendem e utilizam técnicas, táticas e estratégias específicas para imobilizar, desequilibrar, atingir ou excluir o oponente de um determinado espaço, combinando ações de ataque e defesa dirigidas ao corpo do adversário.

Apesar das legislações indicarem as lutas como temática básica da Educação Física, juntamente com jogos e brincadeiras, dança, ginástica e esportes, muitos professores ainda não desenvolvem em suas aulas. Os argumentos são muitos, como insegurança, falta de vivência pessoal e acadêmica com o conteúdo, falta de material e/ou espaço adequado e, principalmente, apontando a violência como algo intrínseco às práticas das lutas, o que incompatibilizaria a possibilidade de abordagem deste conteúdo na escola.

Quando os professores alegam não ter conhecimento específico para as aulas de lutas na Educação Física escolar, penso que assim seria para os demais conteúdos, pois, seguindo a lógica deste pensamento, somente atletas, ex-atletas e treinadores poderiam desenvolver o voleibol, handebol, futebol e basquetebol, por exemplo. Acredito que nem todos os professores têm conhecimento específico de todas as modalidades que abrange a EF, mas acabam reforçando a dimensão de reprodução do movimento, do gesto técnico e também a hegemonia do esporte, porque este conteúdo foi construído historicamente em nossa sociedade como elemento de formação, disciplina e socialização.

Por outro lado, é possível encontrar relatos que buscam evidenciar a possibilidade deste conteúdo no ambiente escolar, trazendo experiências positivas, sem depender diretamente da estrutura física, de materiais específicos, de experiência prática com alguma modalidade de luta e entendendo que o

comportamento violento constitui uma característica presente na sociedade como um todo, por isso, independente do conteúdo trabalhado, se não houver fundamentação, intensão pedagógica e objetivo determinado, corre-se o risco de gerar tensões, conflitos.

Por estes motivos, este estudo se faz indispensável na produção de conhecimento voltado à Educação Física escolar, pensando no processo de ensino-aprendizagem, pretendendo dar visibilidade as possíveis formas de se abordar o conteúdo lutas e buscando superar as dificuldades na prática docente.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, *et al.* **As lutas no ambiente escolar: uma proposta prática pedagógica.** Revista Brasileira de Ciência e Movimento 2015;23(3): 53-63. Disponível em: < portalrevistas.ucb.br/index.php/RBCM/article/view/5092/3996>. Acesso em: 10 ago. 2018.

ANTUNES *et al* **Um retrato da pesquisa brasileira em Educação Física escolar: 1999 – 2003.** Revista Motriz, Rio Claro, v.11 n.3 p.179-184, set./dez. 2005. Disponível em: <www.rc.unesp.br/ib/efisica/motriz/11n3/11ELPa.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2018.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação física /** Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASILEIRO *et al.* **A Cultura Corporal como área de conhecimento da Educação Física.** Revista Pensar a Prática, Goiânia, v. 19, n. 4, out./dez. 2016.

CHIANCA *et al.* **Lutas na Educação Física Escolar.** Revista Redfoco, Vol. 3, n.1, 2016.

CORREIA FRANCHINI **Produção acadêmica em lutas, artes marciais e esportes de combate.** Revista Motriz, Rio Claro, v.16 n.1 p.01-09, jan./mar. 2010. Disponível em: <cev.org.br/arquivo/biblioteca/3002613.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2018.

DARIDO, S. C. **Os conteúdos na Educação Física Escolar.** 2015. Disponível em: <file:///C:/Users/CCE/Downloads/OS_CONTEUDOS_NA_EDUCACAO_FISICA_ESCOLAR.pdf.>. Acesso em 20 mai 2018.

DARIDO, S. C; RUFINO, L. G. B. **O ensino das lutas nas aulas de Educação Física: análise da prática à luz de especialistas.** Rev. Educ. Fís/UEM, v. 26, n. 4, p. 505-518, 4. trim. 2015. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/refuem/v26n4/1983-3083-refuem-26-04-00505.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2018

FERREIRA, H. S. **As Lutas na Educação Física Escolar.** Revista de Educação Física - nº 135 - novembro de 2006 – P. 36-44.

GOMES *et al.* **O conteúdo das Lutas nas séries iniciais do Ensino Fundamental: possibilidades para a prática pedagógica da Educação Física escolar.** Revista Motrivivência Ano XXV, Nº 41, P. 305-320 Dez./2013. Disponível em: <periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2013v25n41p305/25828>. Acesso em: 12 jun. 2018.

GOVERNO DO PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação do Paraná. **Diretrizes Curriculares da Educação Básica – Educação Física.** Curitiba, PR, 2008.

Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as **Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Diário da União, Brasília, DF, v 11, 2015.

Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular – BNCC**. Brasília, DF 2017.

NASCIMENTO, P. R. D. **Organização e Trato Pedagógico do Conteúdo de Lutas na Educação Física Escolar**. Revista Motrivivência Ano XX, Nº 31, P. 36-49 Dez./2008. Disponível em: <periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/viewFile/2175-8042.2008n31p36/12950>. Acesso em: 19 mai. 2018.

NASCIMENTO, P. R. D.; ALMEIDA, L. **A tematização das lutas na Educação Física Escolar: restrições e possibilidades**. Revista Movimento. Porto Alegre, v.13, n. 03, p. 91-110. 2007. Disponível em: <www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/EDUCACAO_FISICA/artigos/A-tematizacao-das-lutas-na-Educacao-Fisica-escolar.pdf>. Acesso em: 19 mai 2018.

NUNES, H. C. B. **Lutas e artes marciais: possibilidades pedagógicas na Educação Física escolar**. EFDeportes.com, Revista Digital. Buenos Aires, Ano 18, Nº 183, Agosto de 2013. Disponível em: <www.gpef.fe.usp.br/teses/hugo_01.pdf>. Acesso em: 19 mai. 2018.

OLIVEIRA, S.B. REIS FILHO, A.D. **Ensino de lutas na escola: elemento pedagógico ou estímulo à violência?** EFDesportes.com, Revista Digital. Buenos Aires – Ano 18 – nº 180 – maio de 2013. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd180/ensino-de-lutas-na-escola.htm>. Acesso em: 12 jul. 2018.

R. THOMAS, Jherry; K. NELSON, Jack; J. SILVERMAN, Stephen. **Métodos de Pesquisa em Atividade Física**. 6. ed. Porto Alegre - RS: Artmed, 2012. 467 p. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=zSTMextTv6sC&oi=fnd&pg=PA9&ots=2y86efN3Ok&sig=wHZQ5E2A3w6urjdM8d-hdT5MT3k&redir_esc=y#v=onepage&q&f=true>. Acesso em: 04 jul 2018.

RUFINO, L. G. B; DARIDO, S. C. **Possíveis diálogos entre a educação física escolar e o conteúdo das lutas na perspectiva da cultura corporal**. Conexões: revista da Faculdade de Educação Física da UNICAMP, Campinas, v. 11, n. 1, p. 145-170, jan./mar. 2013. Disponível em: <periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/conexoes/article/view/8637635/5326>. Acesso em: 10 mai. 2018.

SO, M. R.; BETTI, M. **Saber ou fazer? O ensino de lutas na Educação Física Escolar**. (sd). Disponível em: <www.ufscar.br/~defmh/spqmh/pdf/2009/so_betti.pdf?id=196>. Acesso em: 20 abri. 2018.